 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 023. Antropologia, gênero e saúde no contexto neoliberal e neoconservador no Brasil: desafios e estratégias de enfrentamento

Rozeli Maria Porto (UFRN) - Coordenador/a, Mónica Franch (Universidade Federal da Paraíba) - Coordenador/a Nas ?ltimas d?cadas, o avan?o na pesquisa antropol?gica sobre as articula?es entre g?nero, sa?de e sexualidade tem evidenciado problem?ticas importantes no campo dos Direitos Humanos e fundamentais. Reflex?es relacionadas ? sa?de sexual e reprodutiva de mulheres e homens, em suas v?rias orienta?es de g?nero e sexualidade, t?m provocado axs pesquisadorxs em um campo moral a pensarem no entrecruzamento desses direitos com diferentes marcadores sociais da diferen?a. Essas quest?es se tornam urgentes num contexto hodiernamente sombrio no pa?s, marcado pela implanta??o de um projeto econ?mica e socialmente excludente, que est? levando ao desmonte de pol?ticas p?blicas de sa?de. Os direitos relativos ao aborto, ao parto humanizado, o acesso a servi?os de sa?de para travestis e transexuais ou, ainda, a preven??o e tratamento de infec?es sexualmente transmiss?veis, como o HIV/Aids, est?o cada vez mais amea?ados diante de tais circunst?ncias. Frente aos desafios impostos por esse contexto neoliberal e neoconservador, a proposta deste GT ? refletir sobre as estrat?gias te?ricas, metodol?gicas e pol?ticas que estamos desenvolvendo no cotidiano de nossas pesquisas em torno das quest?es de g?nero, sa?de e sexualidade. Podem girar em torno de temas como maternidade, aborto, HIV/Aids, Tec. Reprod., diversidade sexual e transexualidade, e suas articula?es entre g?nero, classe, ra?a,etc; rela?es e/ou conflitos com o Estado; fluxos de poder, influ?ncias pol?ticas, morais e/ou religiosas.

Gênero, Saúde e Direitos Sexuais Reprodutivos: Uma Análise da Lei 9.263/96 e a Questão do Aborto: Desafios e Estratégias de Enfrentamento para a Efetivação das Políticas Públicas.

Autoria: Sandra Regina Alves Teixeira

O presente work tem o escopo de analisar a Lei 9.263/96 intitulada de Planejamento Familiar, refletindo sobre os desafios dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres pós década de 90. Abordar-se-á categorias de teóricas (os) e militantes feministas, enfatizando a temática do corpo, sexualidade, saúde reprodutiva, e a questão do aborto. A metodologia utilizada é qualitativa, através do exame de bibliografias específicas, documentos institucionais e sites especializados, problematizando sobre o perfil social dessas mulheres e representações dos movimentos sociais, pautando se existe de fato eficácia e efetividade da legislação na garantia de políticas públicas, porém observando o papel do governo e sociedade civil, no controle social dessas políticas atinentes aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres considerados como direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana. O Planejamento Familiar é importante, pois o Estado tem o dever de implementar políticas públicas com garantia de efetividade e eficácia, conforme determina a legislação na área da concepção, contracepção e educação sexual e deve ser debatido por todos os setores sociais envolvendo os diferentes perfis sociais masculinos e femininos. Por outro lado a questão do aborto é fundamental também ser discutida, não apenas pelas mulheres feministas ou não, mas também incluir os homens e os diversos setores da sociedade, poder executivo, legislativo, judiciário e sociedade civil organizada, movimentos sociais, pois as mulheres não devem ser criminalizadas e julgadas, conforme mencionou Safiotti (2004, p. 23) ao parafrasear a teórica Benediet. ?As mulheres são treinadas para sentir culpas. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem em uma civilização da culpa?. Portanto é necessária a construção de políticas públicas, que atendam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, na perspectiva de romper com a violência, criminalização e preconceito que esta mulher vivencia no seu cotidiano permeado de violações de direitos fundamentais. Portanto é necessário e urgente salvaguardar os direitos fundamentais da saúde reprodutiva das mulheres, pois a

 ISBN: 978-85-87942-61-6

> criminalização eivada de misoginia, patriarcalismo, machismo, preconceito perante as que optaram pelo aborto, recaem apenas para as negras, pobres periféricas, enquanto as que possuem recursos financeiros procuram as clínicas particulares e as pobres têm que solicitar autorização judicial para realizar um procedimento inseguro violando o princípio da dignidade da pessoa humana, respeitando a autonomia sexual e reprodutiva, liberdade no direito de escolha e empoderamento do próprio corpo desta mulher que muitas vezes está sozinha sem o apoio e responsabilidade do papel social masculino.
> Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**